

Esquerda, poder e política econômica: a experiência francesa do *Front Populaire*¹

André Martins Biancareli²

Resumo: Este artigo trata da formação, ascensão e queda da coalizão *Front Populaire* em sua curta passagem pelo governo da França nos anos de 1936 e 37, destacando as suas idéias e ações no campo da economia. Buscando inserir no contexto político bastante específico do entre-guerras os dilemas de política econômica de um heterogêneo governo de esquerda, a discussão traz à tona elementos – pressões sobre o câmbio, distribuição de renda e ampliação de direitos sociais, papel do Estado e do setor privado na atividade econômica, entre outros – não exclusivos daquele episódio histórico.

1. Introdução

O período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais, época de grandes dificuldades econômicas, foi também responsável por importantes ensinamentos nessa matéria. Como o mundo a partir do final dos anos 70 pôde verificar, a lição mais geral da tragédia econômica não teve força suficiente para continuar dominando as mentes e práticas dos condutores da economia. Mas há também, naquele conturbado período, algumas experiências nacionais específicas, cujo conhecimento esclarece muito da realidade econômica, muito tempo depois. Um trabalho publicado por Paulo Nogueira Batista Jr. no início da década de 90, analisando as posturas de Keynes sobre a estabilização do marco alemão nos anos 20³, utiliza-se de uma dessas experiências para, implicitamente, reforçar um aspecto controverso da história recente: o peso dos serviços das dívidas externas latino-americanas nos anos 80, tal qual as reparações da Primeira Guerra pagas pela Alemanha, era a origem em última instância das dificuldades de estabilização das moedas nacionais na região.

Sem equiparar-se ao artigo citado e não tendo as idéias de um grande economista como pano de fundo, este trabalho procura lançar os olhos do presente sobre outro episódio da Europa do entre-guerras: a passagem do *Front Populaire* pelo governo

¹ Artigo escrito em janeiro de 2001.

² Mestrando em economia no IE/Unicamp. E-mail: andrembi@eco.unicamp.br.

³ Batista Jr., P. N., “Keynes e a estabilização do marco alemão nos anos 20” in Belluzzo & Batista Jr. (org.), A luta pela sobrevivência da moeda nacional: ensaios em homenagem a Dilson Funaro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

francês. Mais especificamente, se analisará a ascensão e queda do primeiro governo de Léon Blum, que dura de junho de 1936 a junho de 37.

Apesar de marcada por um contexto histórico cheio de peculiaridades – principalmente a Grande Depressão e a ascensão do nazi-fascismo – essa experiência da esquerda no poder apresenta dilemas que transcendem a especificidade do período. E, diferentemente dos anos 80, talvez o paralelo que melhor se ajuste hoje a algumas das principais economias latino-americanas seja com a França da segunda metade dos anos 30, especialmente para aqueles países em que se abriu (ou parecem se abrir) espaços para mudanças de governo e de direção da política econômica.

O trabalho está dividido em quatro sessões além desta Introdução. A seção 2 dedica-se a um levantamento sumário dos antecedentes aos anos de 1936 e 37 na França; a terceira concentra-se na análise das forças e idéias do *Front Populaire* e de sua eleição; ficando para a seção 4 uma descrição mais detalhada do governo Blum. Por último, são levantadas algumas observações finais. Procurou-se ao longo do trabalho, mesmo que de forma rápida, acrescentar ao enfoque econômico considerações de ordem política e social, sem as quais se julga impossível analisar minimamente o objeto escolhido.

2. Antecedentes

2.1. Condições econômicas⁴

Em todo o mundo capitalista, o período do entre-guerras teve o seu desenrolar profundamente marcado pela crise de 1929 e pela conseqüente Grande Depressão. No caso da França, porém, se faz necessário um retorno um pouco maior, aos eventos imediatamente após o final da Primeira Guerra, para a compreensão do quadro econômico nos anos 30.

Dentre os vários efeitos econômicos, uma das principais alterações trazidas pelo conflito iniciado em 1914 foi o abandono progressivo da conversibilidade das moedas nacionais em ouro e, obviamente, das paridades que haviam marcado o chamado Padrão-

⁴ Essa seção é largamente baseada em Yeager (1976, cap. 18), sendo utilizados também Bleaney (1985, cap. 2) e Kindleberger (1973, caps. 2 e 3).

Ouro. Em meio à inflação desencadeada pela economia de guerra, não havia mais como atrelar o valor da moeda nacional a uma determinada quantidade do metal. Terminado o conflito, até pelas idealizações e mitificações que se passou a fazer sobre o Padrão-Ouro, tratou-se de restaurar, pouco a pouco, a conversibilidade, e é nesse ponto que os franceses tomam um caminho diferente. Na Inglaterra, a força dos interesses rentistas reunidos na *City* londrina (para os quais a política deflacionista traria ganhos), aliada a uma míope atribuição da perda de liderança mundial à fraqueza da libra, fez com que se restabelecesse a conversão libra-ouro na paridade pré-guerra, o que representava uma evidente sobrevalorização. Na França, os interesses rentistas – enfraquecidos pelas perdas com as dívidas não pagas pela Rússia revolucionária – não tiveram o mesmo peso, e o franco se desvalorizou bastante antes de se retomar à conversibilidade, resultando em elevada inflação. Jackson (1985, cap.1) apresenta os números: da paridade pré-guerra de 25F, passa-se a 42F no final de 1919, 59F em dezembro de 1920, avançando ao longo dos anos para chegar ao final de 1925 a 130F, daí disparando para atingir o colapso em 21 de julho de 26: 240F. Segue-se uma queda, para 124F no final deste ano e uma relativa estabilidade nos anos seguintes.

Com a moeda desvalorizada, a França atravessou esse pós-Primeira Guerra relativamente melhor do que, por exemplo, a deflacionária Inglaterra e a hiperinflacionária Alemanha. A Balança Comercial, ao longo desse período de ajustes, sai de um déficit que chegou a quase 24 milhões de francos em 1919 (quando as exportações cobriam apenas 33% das importações), para um quase equilíbrio a partir de 1921, que se transforma em pequeno superávit em 1924, para voltar aos déficits moderados a partir de 1928. O índice de produção industrial (1913 = 100) cresce entre 1924 e 1929 a uma taxa de 4,7% ao ano, e atinge seu máximo no início de 1930, com 144, resultados muito superiores às performances americana e inglesa, para ficar em dois exemplos (Sauvy, 1984, vol. II, caps. IV e VII).

Depois de detonada a crise de 29, a França experimenta, por conta da subvalorização do franco, um curto período de relativa imunidade à crise que se alastrava pelas economias capitalistas. Em setembro de 1931, no entanto, a Inglaterra dá início ao processo de desvalorizações competitivas das outras moedas em relação ao ouro, empurradas pela recessão e pelos déficits comerciais. À medida que mais países

abandonavam as paridades, as vantagens do franco diminuía, e os efeitos da crise internacional penetravam com mais intensidade no território francês. Em 1932 já eram mais de trinta os países a abandonar o ouro, e o golpe mais duro veio com a desvalorização americana de 33⁵.

Enquanto os efeitos iam sendo sentidos pela economia francesa, o país optava por permanecer atrelado ao ouro. Na contramão da tendência, a França oficializa em 1933 o *Gold Bloc*, um grupo que englobava também Bélgica, Holanda, Suíça, Itália e Polônia, com o objetivo explícito de reafirmar o compromisso com as paridades existentes.

Antecipando um ponto que será retomado adiante, essa opção não era guiada apenas pela racionalidade econômica (se é que havia alguma). Uma postura de “superioridade moral” dos franceses, os traumas do início dos anos 20, quando as intensas desvalorizações haviam gerado aceleração inflacionária, e o medo dos efeitos político-eleitorais dessa medida são apontados como explicações para essa resistência inicial. Tal decisão significou a acentuação dos efeitos da crise internacional e, mais do que isso, a opção por um viés deflacionista na política econômica. A aposta era na redução de preços e salários para retomar a competitividade perdida com a valorização cambial.

Num mundo em que já apareciam algumas políticas anti-cíclicas baseadas no gasto público, precursoras do que veio a ser chamado de keynesianismo, a primeira metade da década de 30 na França foi marcada pela busca do equilíbrio orçamentário. Cortes sucessivos de salários e despesas públicas (incapazes de reduzir o déficit público decorrente da queda nas receitas), intercalados com tentativas emergenciais de controle quantitativo de importações (a primeira foi ainda em 1931) e medidas pontuais para suavizar a depressão, marcaram os governos conservadores até 1935. Como resultado, o crescimento do PIB, de 1930 a 35 só é positivo em 33 e o desemprego se eleva⁶.

⁵ Enquanto a produção industrial americana, entre 1929 e 31, havia caído 31%, a francesa havia se mantido praticamente no mesmo nível no primeiro ano de crise e caído apenas 13% em 31. Após a valorização relativa do franco, as exportações em volume (base 100 em 1929) caem para menos de 60 em 32, e em meados de 36, no ápice da sobrevalorização, estão ao redor de 50 (Sauvy, 1984, vol. II., cap. VII).

⁶ Há uma série de dificuldades de mensuração do desemprego na França nesse período, descritas em Jackson (1985, p. 29 e ss.). É claro, no entanto, que a partir de 1931 a França passa a enfrentar o problema que atingia as outras grandes economias capitalistas, num crescimento da desocupação que atinge seu auge em 1935.

Porém, à semelhança dos acontecimentos recentes em algumas economias periféricas, a realidade não correspondeu aos planos dos economistas ortodoxos. Além da instabilidade política e social, o ataque à paridade cambial se fazia cada vez mais presente, diante da persistência do déficit público, das baixas no *Gold Bloc* (Bélgica em março de 35, Holanda em maio, Itália com controles cambiais ainda em 34 e Polônia em abril de 36), e da instabilidade que as eleições de maio de 36 poderiam trazer.

O governo de Pierre Laval, que assume em 8 de junho de 1935, representa uma espécie de exaustão dessa linha de política. Inicialmente, recebe poderes especiais do Parlamento para tentar equilibrar o orçamento, que se materializam em um corte linear em todas as despesas públicas da ordem de 10%. Este novo impulso deflacionista, mesmo tendo resultado em um breve período de calma, rapidamente é contrarrestado por uma expansão dos gastos militares extra-orçamentários, financiados por empréstimos junto ao Banco da França. Incapaz de recolocar a economia na rota do crescimento, e envolvido em problemas de política internacional, Laval renuncia em janeiro de 36, sendo substituído por um gabinete de transição até as eleições de maio.

Assim, ao contrário dos EUA, em que o *New Deal* já era a tônica da política econômica, e da Alemanha nazista, que avançava economicamente (baseada nos gastos militares e no controle de capitais) depois de uma hiperinflação, a França em 1936 ainda patinava na crise – pela qual ela não havia sido tão afetada inicialmente. Neste ambiente de recessão, desemprego em alta, exaustão da política deflacionista (intimamente ligada à manutenção da paridade franco-ouro) e queda nas reservas de ouro, é que ocorre a formação e a ascensão do *Front Populaire*. Antes de analisar a coalizão e sua vitória eleitoral, são oportunas algumas anotações de natureza não-econômica.

2.2. Condições políticas e sociais

Se havia algum espectro rondando a Europa dos anos 30, este era o do nazi-fascismo, muito mais do que o do comunismo. A política externa e, mais do que isso, boa parte dos acontecimentos internos de cada Estado europeu, seriam pautados pela marcha contra os valores da civilização ocidental guiada por Hitler e Mussolini, entre outros.

No caso francês, uma das expressões mais fortes desse clima foi a reação ao chamado “*affaire Stavisky*”⁷ – um escândalo financeiro, no qual um acusado de receber proteção de autoridades políticas suicidou-se quando estava para ser preso, no final de 1933. A suspeita de “queima de arquivo” reforçou a reprovação à classe política, levou à renúncia do premiê Chautemps e ensejou as organizações de direita (*Croix-de-Feu*, *Jeunesses Patriotes*, etc., algumas inclusive paramilitares) a reforçarem sua campanha antiparlamentar e antidemocrática. A ameaça à Terceira República francesa parecia atingir um ápice no dia 6 de fevereiro de 1934, quando essas “Ligas” de inspiração fascista, numa união de atos contrários ao governo do Radical Daladier e ao próprio sistema parlamentar, entraram em confronto com a polícia numa noite sangrenta na *Place de la Concorde*.

Bastante dividida, a esquerda francesa (que será detalhada à frente) dá sua resposta no dia 12 de fevereiro. Uma convergência espontânea (e surpreendentemente pacífica) de marchas e greves nacionais convocadas por diferentes organizações, ocorre no caminho da *Place de la Nation*. Colunas de sindicatos e partidos rivais acabam se juntando numa grande manifestação que apontava para o caminho da união das esquerdas. Teria sido essa a semente do *Front Populaire*, concebida na defesa conjunta da democracia e da República postas em xeque pelo avanço do fascismo.

Mas o campo para a germinação dessa semente também era bastante fértil. Mandrou (1966, cap. 5) descreve a França dos anos 30 como uma sociedade dividida, marcada pelo fosso aberto entre os mundos operário e burguês. A crise econômica duradoura havia aos poucos disseminado uma grande frustração entre as classes dominantes, que viam o seu nível de vida se reduzir, a redução nos lucros industriais, a fragilização do rentismo e uma instabilidade nunca vista das grandes fortunas. Era um país estagnado demograficamente, com predominância rural e iniciando um processo de decadência do setor industrial (que só se recuperaria no pós-Segunda Guerra).

Por outro lado, o das classes trabalhadoras, o avanço industrial e urbano que havia sido experimentado na década de 20 faziam de Paris uma cidade de proletários, classe à

⁷ Grande parte da literatura sobre o *Front Populaire* se inicia com a descrição desses episódios. Utilizou-se aqui, principalmente, Jackson (1988, Introdução. e cap. 1) e Brunet (1991, cap. 1).

qual se somavam aos poucos os pequenos comerciantes e profissionais autônomos, à medida em que a crise se instalava. Forma-se uma massa operária numerosa e concentrada, com aguda consciência de classe e capacidade de reivindicação, apesar das históricas divergências dentro da esquerda, da desilusão parlamentar, da perturbação causada pela Revolução Russa e da insegurança crescente em relação à manutenção dos empregos numa época de recessão.

Em suma, era um quadro em que “...a luta de classes, essa peça-chave do marxismo, acabou por ser admitida como uma realidade fundamental pela própria burguesia, nesta época em que a crise na economia francesa exasperava os conflitos sociais”⁸. Ao conservadorismo e frustração das classes dominantes se contrapunha portanto um ambiente em que estava em pauta, para os movimentos populares, a questão da superação do capitalismo. Nesse contexto se gestou e ascendeu ao poder a coalizão de esquerda que passa-se a analisar.

3. O Front

3.1. Forças políticas e dinâmica

Citando o discurso de posse de François Mitterrand em 1981, Jackson (1988), no seu prefácio, destaca a importância do *Front Populaire*: antes de Mitterrand, a esquerda só havia estado de fato no poder na França, desde a Revolução de 1789, três vezes – em 1848, na Comuna de Paris em 1871 e com o *Front*. E foi a superação das divisões que marcavam as forças populares o elemento essencial na conquista do poder. É preciso primeiro, então, demarcar essas divisões.

Num extremo do campo progressista se situavam os Radicais Socialistas (ou só Radicais), que apesar do nome estavam muito mais para o centro do espectro político. Com origens na esquerda, esse partido tinha naquele momento sua base eleitoral muito mais nas chamadas “classes *moyennes*” (algo como pequena burguesia) do que no proletariado, e era constantemente o fiel da balança nas coalizões de poder, conservadoras ou progressistas – tendo sido sua ambigüidade uma das responsáveis pela

⁸ Mandrou, 1966., p. 524. Tradução livre da versão mexicana utilizada.

instabilidade já referida na política francesa. O Partido Socialista (SFIO, de 1906), cheio de divisões internas, se via periodicamente diante do dilema da participação ou não em um governo de forças à sua direita, ou mesmo no sistema parlamentar (no qual sempre foi uma minoria). Mesmo a filiação marxista não era uma questão bem resolvida. Por fim, no outro extremo se situava o Partido Comunista (PCF), uma dissidência de extrema esquerda do SFIO fundada em 1920, adepta de táticas extremistas, e que recusava-se a dar maioria a qualquer outro partido, mesmo no segundo turno das eleições parlamentares.

A participação dos Radicais no governo Daladier não impede que o partido tome parte nos protestos e greves que se seguem à demonstração de força da direita em 6/02/34. Essa união contra os fascistas aos poucos vai amenizando os ataques entre o PCF e o SFIO e resultando em uniões como o “pacto de unidade de ação” de julho daquele mesmo ano. A aliança com os Radicais, desejada desde o início pelos socialistas, era emperrada pela adesão daqueles ao pacto de poder vigente – que, como visto, resultava numa sucessão de gabinetes fracos e insistentes nas políticas deflacionistas.

Em 1935, a crise econômica, a queda de popularidade do gabinete de Laval, principalmente depois do corte linear de 10% nas despesas públicas, sua ambigüidade na questão externa (sinais de possível aproximação com a Alemanha e a Itália) e a fraqueza no combate às Ligas, davam todas as mostras do conservadorismo de um governo do qual os Radicais ainda faziam parte, cada vez mais críticos. Nas ruas, na data nacional de 14 de julho, em grandes manifestações conjuntas das forças de esquerda, a aliança dos Radicais com a esquerda se consolida, e a coligação (*Rassemblement Populaire*) nasce, aliando à defesa de ideais de esquerda as bandeiras daquele delicado momento político nacional e internacional⁹.

Afirmado o *Rassemblement*, que acabaria se tornando *Front Populaire*, seu comitê se desdobrou em várias estruturas, cujo resultado principal foi a confecção do programa

⁹ « Nous faisons le serment de rester unis pour défendre la démocratie, pour désarmer et dissoudre les ligues factieuses, pour mettre nos libertés hors de l'atteinte du fascisme. Nous jurons, en cette journée qui fait revivre la première victoire de la République, de défendre les libertés démocratiques conquises par le peuple de France, de donner du pain aux travailleurs, du travail à la jeunesse et, au monde, la grande paix humaine ». Jacques Duclos, discursando em nome do PCF em 14/07/35, citado em Brunet, 1991, p. 20.

político da coligação. Publicado em 11 de janeiro de 1936¹⁰, ele era a primeira plataforma escrita conjuntamente por todas as forças de esquerda na história republicana da França e se articulava em torno de três eixos: defesa da liberdade, defesa da paz e restauração do poder de compra da população. Dessa reedição do “Paz, Terra e Pão” de Lênin (transformados em “paz, liberdade e pão”, já que a ameaça era o fascismo), o que nos interessa mais é o último termo, as propostas econômicas, das quais tratamos em detalhe.

3.2. Idéias econômicas

O ano de 1936, na história da teoria econômica, é marcado como o momento de formalização da “revolução keynesiana”, com a publicação da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Esse conjunto de idéias, que (entre muitas outras contribuições) confrontavam a ortodoxia pela defesa de um papel mais ativo do gasto público na recuperação da economia em depressão, já tinha utilização mais ou menos disseminada, principalmente através do *New Deal* americano e da experiência sueca¹¹. Na França esse movimento, com certo atraso, assume feições bastante peculiares.

A doutrina econômica presente no programa do *Front Populaire* pode ser definida como um “keynesianismo com viés de esquerda”¹². O diagnóstico geral tinha clara sintonia com os novos tempos: a crise era fruto direto das políticas deflacionistas, e inclusive o déficit público que custava a desaparecer era consequência direta da queda na arrecadação. A política econômica alternativa – que seria o eixo principal de um governo eleito em meio à estagnação – se articulava em torno de um grande objetivo: recuperar o poder de compra da população (em francês, a *politique du pouvoir d’achat*). As principais linhas de ação propostas consistiam na formulação de um programa de emprego público e na redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários.

O mecanismo era simples: sobre uma economia em recessão, a ampliação do gasto público *déficit-financing* geraria os efeitos reativadores. A novidade era a combinação disto com medidas redistributivas. Reduzindo a jornada e mantidos os preços constantes

¹⁰ Jackson (1988), traz no Apêndice I a íntegra do programa.

¹¹ Ver, a respeito das diferentes políticas ativas para escapar da depressão, o capítulo II de Bleaney (1985).

¹² Bleaney, 1985, p. 58. É importante atentar para a relativa contradição em termos que a expressão representa, já que a obra de Keynes pode ser interpretada como uma reação, não comprometida com a mudança social, ao avanço da esquerda socialista.

(para o que nenhuma proposta explícita foi definida), ampliaria-se a contratação e a fração dos salários na renda total, e como os trabalhadores “gastam o que ganham”, a demanda agregada seria impulsionada. O crescimento do emprego – ou o pão da trilogia paz, liberdade e pão – se daria assim por essas duas vias simultâneas.

Jackson (1985, cap. 3; e 1988, p. 160-66) analisa em detalhe o embasamento teórico dessas idéias econômicas. Para ele, mais do que o *New Deal* ou outro experimento “keynesiano”, a principal fonte de inspiração se encontrava dentro do próprio pensamento marxista, na corrente que enfatizava o subconsumo como fruto das contradições internas do sistema capitalista. A desigualdade inerente ao regime do capital limitaria as possibilidades de crescimento econômico. Assim, entendidas como crise de subconsumo, as dificuldades da França só seriam de fato superadas com a passagem para o socialismo, sendo possível apenas um alívio temporário dentro da economia de mercado.

Mas seria, afinal, um governo de recuperação da economia (capitalista) francesa, ou de transição para o socialismo? Essa ambigüidade e imprecisão acompanhavam também as respostas aos críticos da elevação dos custos trabalhistas com a redução de jornada: o trabalho vivo seria uma fração muito pequena dos custos totais, e a parcela fixa seria reduzida com a ocupação da capacidade ociosa à medida que a economia se recuperasse.

Da mesma forma, faltava maior clareza e consenso sobre outros aspectos essenciais. O planejamento da economia (apesar de influente, a idéia era vista por alguns como uma “impureza” destinada a salvar o capitalismo, ou como uma política fascista); reformas na estrutura econômica (contra algumas expectativas, eram propostas apenas a nacionalização da indústria bélica, a reforma do Banco da França e a criação de um órgão controlador do comércio de cereais); o déficit público e o financiamento do Estado (alvo de debates quanto a elevações de impostos, mas encarado quase exclusivamente sob a esperança na recuperação das receitas com a retomada do crescimento); eram alguns deles. Mas, sem dúvida, a principal questão mal resolvida era a da desvalorização do franco.

Num fenômeno que brasileiros e argentinos conheceram bem na década de 90, o debate sobre a paridade cambial na França se tornou passional e perigoso para qualquer pretensão política. Depois de ter iniciado, em 1933, um trabalho de desmistificação da

questão e preparação da opinião pública para a desvalorização, o principal líder socialista, Léon Blum, volta atrás e passa a ressaltar o impacto psicológico negativo da medida em países com passado inflacionário recente. Quanto mais economicamente urgente se tornava a medida, mais sensível politicamente ela se tornava. O programa acaba sendo omissos quanto ao tema, e chega-se à eleição com o ilusório slogan “nem desvalorização nem deflação” (Jackson, 1985, p. 163-4, Brunet, 1991, p. 30-32).

3.3. A eleição e a posse

Entre a definição do programa conjunto em janeiro e as eleições de maio, dois novos eventos – um ataque físico violento a Léon Blum por uma manifestação direitista e o avanço das tropas de Hitler sobre a região da Renânia – contribuíram para o clima de ameaça à democracia. Não faltaram também as insinuações por parte da direita de interferência soviética e de “perigo vermelho”. Com os partidos de esquerda fazendo campanhas separadas mas sem ataques mútuos, o primeiro turno já indicava o que a segunda rodada iria confirmar: os socialistas emergem como o maior partido do Parlamento, e os comunistas obtêm uma surpreendente votação. É importante reafirmar, no entanto, que a formação do governo de esquerda foi obra muito mais da união dos partidos – catalisada pelo clima econômico e político-ideológico – do que de mudanças nas fatias do eleitorado, já que se somadas, as cadeiras conquistadas pelos Radicais, Socialistas e Comunistas, teriam obtido maioria já em 1932. O governo formado por Blum apontava na direção do atendimento das propostas do *Front*, apesar da negativa comunista em tomar parte no gabinete.

Contados os votos em maio, um detalhe legislativo determinava a posse do novo governo só no mês seguinte. E foi nesse intervalo que as classes trabalhadoras, numa demonstração de força, praticamente paralisaram o país com uma forte onda de greves e ocupações de fábricas, sob a reivindicação não muito clara de elevação de salários. O novo governo, pressionado pela maior parte de sua base de apoio antes mesmo de assumir, se viu diante do primeiro dilema. A sociedade francesa, dividida socialmente, parecia exigir uma definição prévia do que seriam aqueles novos tempos.

Em 7 de junho, um dia após a posse, foi assinado o “Acordo Matignon” entre o governo e os sindicatos patronais e operários, que encaminharia o final do movimento

grevista. Tendo conseguido um aumento salarial que variava entre 7 e 15% (conforme a remuneração prévia), o reconhecimento de direitos sindicais e a representação na direção das empresas, os trabalhadores ainda aguardavam pela extensão das conquistas, que viria alguns dias depois. O pacote trabalhista, anunciado em 9 de junho, previa a redução da jornada semanal de trabalho de 48 para 40 horas, a regulamentação das férias remuneradas e dos contratos coletivos. Bleaney (1985, p. 60) aponta uma elevação de pelo menos 40% nos custos trabalhistas devido a essas medidas anunciadas na primeira semana do *Front*, quando fossem plenamente implementadas (o que só veio a ocorrer no início de 37). Pressão sindical e imposição de perdas ao capital marcavam portanto o início do governo de esquerda na França de 1936.

4. O governo

4.1. Sentido geral

Em termos políticos, o governo Blum foi marcado pela ambigüidade em alguns pontos estratégicos. Em primeiro lugar, conviviam na mesma coalizão tanto setores que poucos meses antes integravam um governo conservador quanto aqueles que se recusavam a assumir postos dentro do Estado burguês. A união das causas democráticas às de esquerda, que se impôs durante a formação da coligação – em torno do lema paz, liberdade e pão – se traduzia em dificuldades concretas na fase do exercício do poder. O reagrupamento da direita fascista em partidos políticos após a dissolução das Ligas, as divergências quanto à intervenção ou não na recém iniciada Guerra Civil Espanhola e a delicada questão do rearmamento, entre outras, foram fontes imediatas de problemas de natureza política (Brunet, 1991, cap. IV).

Por outro lado, como já visto, tratava-se de um momento de radicalização dos conflitos de classe na França, e a violência da onda de greves não havia esperado sequer a posse para deixar isso muito claro. Mandrou (1966, cap.5) aponta a frustração acumulada das diversas camadas da burguesia como a origem do susto que aquele mês de junho representou para os comerciantes e industriais. Mesmo tendo ficado muito aquém do que aqueles primeiros dias fariam supor, o governo Blum nasce marcado pela oposição de frações do capital às mudanças sociais que os movimentos populares exigiam. E aqui

recoloca-se a pergunta: seria um governo de superação da ordem capitalista ou de recuperação econômica (para a qual é imprescindível a ação do capital privado) aliada a mudanças sociais? Qualquer que fosse a resposta, a pior saída seria não deixá-la clara, e em certo sentido foi isso o que ocorreu.

4.2. O nó não desatado

Desde a recuperação do panorama econômico francês dos anos 20, deve ter ficado claro que a principal fonte de dificuldades era a progressiva valorização do franco. Naquela época, como hoje, a questão do regime cambial era controversa, as posturas em relação a ela não eram facilmente classificáveis, e a teimosia prolongada em lutar contra a realidade cobrava um alto preço. De um governo eleito com o objetivo de recuperar o crescimento econômico e que, de saída, impunha uma elevação adicional nos custos industriais, seria de se esperar uma tentativa de resolução do problema. Ou pelo menos uma estratégia para lidar com ele.

O fato é que os custos do pacote trabalhista, na ausência de qualquer esquema de controle de preços, resultaram numa elevação generalizada do custo de vida, mesmo estando o país em recessão. A esperança na elevação da produtividade compensando o aumento dos custos com o trabalho vivo não resistiu à fria realidade do sistema capitalista, e o marxismo de corte subconsumista foi incapaz de prever os impactos de uma brusca mudança redistributiva.

A inflação, somada à paridade fixada no moribundo *Gold Bloc*, gerava mais valorização cambial e mais dificuldades externas. A postura do governo, que na campanha era de ligeira ambigüidade, torna-se rígida, contra a desvalorização. Medo das reações competitivas nos concorrentes, que gerariam só inflação sem ganhos de comércio, uma curiosa oposição comunista (preocupada com a elevação no custo de vida e a corrosão dos ganhos trabalhistas já obtidos) e mesmo uma falta de preocupação com a saúde da economia capitalista, eram os principais argumentos (Yeager, 1976, p. 361). Sauvy (1984, vol. I, p. 261-62) aponta uma variação de 14% nos preços dos alimentos e de 11% nos produtos industriais, entre maio e setembro.

Outro aspecto interessante era a questão da movimentação de capitais. Apesar de citada vagamente no programa, a proposta de controles acabou sendo considerada pela

maioria do governo como uma medida muito radical. E, enquanto a balança comercial apresentava até uma ligeira melhora (por conta da diminuição das importações), as reservas de ouro, que já vinham sendo atacadas ao longo de 1935, sofrem uma forte sangria nos primeiros meses do *Front*, por um duplo movimento: conversão de notas em ouro (cerca de 10 milhões de francos) e exportações líquidas do metal, que totalizaram mais de 18 milhões entre maio e setembro (Sauvy, 1984, vol. I, p 265). Sem coragem ou sem poder para controlar deliberadamente essa fuga (algumas restrições pontuais foram tentadas nos momentos de maior desespero), as autoridades econômicas se restringiam a acusar de “traidores” aqueles que consideravam a desvalorização inevitável e retiravam seu dinheiro do país¹³.

Enquanto a perda de ouro se acentuava, iam ficando claras as limitações do slogan “nem desvalorização nem deflação”. Em 25 de setembro de 1936, a última medida foi tentada: reverteu-se a política de crédito barato, elevando-se as taxas de juros de 3 para 5%. A natureza da medida – um choque de juros para conter a saída dos capitais – é bastante conhecida nos momentos hoje chamados de “ataque especulativo”, assim como seus efeitos: não houve estancamento da fuga, a cotação no mercado futuro disparou e no dia seguinte foi anunciada a desvalorização. As forças de mercado, não controladas pelos mecanismos de que o próprio sistema capitalista lança mão nos momentos de crise, levaram à desvalorização descontrolada, que o governo de esquerda – por razões políticas, psicológicas ou outras – se recusava a conduzir¹⁴.

4.3. O fracasso econômico

Acertada com Londres e Washington, através de um acordo monetário tripartite, posteriormente modificado para uma espécie de *Gold Bloc* diariamente administrado, a desvalorização do franco foi, de fato, a pá de cal no que restava do Padrão-Ouro. De imediato, a moeda francesa perdeu 30% de seu valor, permanecendo nesse patamar até março de 37. Porém, os efeitos sobre o movimento de capitais também não foram os

¹³ É interessante notar o paralelo com a Alemanha, aonde taxas múltiplas de câmbio e amplos controles de capitais haviam sido as bases, no setor externo, do início da recuperação comandada por Hitler. Mas, assim como a questão do planejamento, os controles também acabavam sendo associados ao fascismo pelas próprias forças de esquerda.

¹⁴ Nas palavras de Yeager (1976, p. 363), “The story so far shows how much economic misery and political turmoil over several years stemmed from the inappropriateness of a single price – that of the French franc.”

esperados, e a crise financeira prossegue com a contínua sangria do Fundo de Estabilização Cambial, criado para administrar a nova paridade que havia sido definida em outubro. Tal movimento de pressão sobre a taxa fixada, que envolve nova correção do valor do franco em abril de 37, se desenrolaria até a livre flutuação no final de junho, quando, aliás, o primeiro governo Blum já havia acabado, num evidente e rápido fracasso econômico.

O elemento principal desse fracasso foi a crise cambial, mas não o único. Ao contrário, o ambiente econômico como um todo e a indefinição de rumos é que acentuavam o movimento de fuga de reservas. Mas houve, após a turbulência inicial, um curto período de otimismo.

A *politique du pouvoir d'achat* havia produzido, só após a desvalorização e apesar do programa de empregos públicos não ter se materializado, uma mudança de sinal na conjuntura. O aumento na parcela da renda apropriada pelo trabalho, mesmo corroída pela inflação que de setembro a dezembro tinha acumulado mais 12%, impulsiona a demanda. A atividade econômica sofre uma elevação depois de setembro, e o desemprego cai¹⁵. Parecia que, apesar da inflação, a França havia superado a crise, e o *rechute* da atividade econômica indicava que a combinação de políticas ativas com medidas redistributivas (o “keynesianismo de esquerda”) seria um caminho tão eficiente quanto e mais justo do que o keynesianismo tradicional. Essa perspectiva se refletiu na elaboração do Orçamento para 1937, no qual o governo previa déficit, e na plena implementação de quase todos os itens da reforma trabalhista – que significava o efetivo aumento de mais de 40% nos custos industriais.

Porém, a recuperação econômica não chegou sequer à primavera. A melhoria da conjuntura incentivava a ampliação das batalhas por reformas sociais, e aquela ambigüidade de um governo eleito para gerir um capitalismo em crise, mas com anseios de superá-lo, volta a aparecer.

Retomando o que foi discutido na seção 4.1., a acuada elite francesa demonstra todos os seus temores diante da mudança representada pelo governo da esquerda. Mudança

¹⁵ O índice de desemprego SGF, que era de 174 em setembro de 36, cai para 158 em dezembro, e 144 em junho de 37. A produção industrial, no final de 36, voltava aos níveis de 1929 (Sauvy, 1984, vol. I., cap. XXII).

materializada não só na generalização da jornada de 40 horas semanais, nos aumentos de salários conquistados através do poder sindical e nas férias remuneradas, mas também na nacionalização da indústria de armamentos. Mesmo sendo a única medida do tipo, era a senha para alguns enxergarem a estatização progressiva, enquanto outros, dentro do governo, acreditavam na recuperação total só com a ampliação das nacionalizações. Em outros termos, a discussão era sobre quem teria o comando da atividade econômica: o Estado ou a iniciativa privada.

Mas o fato é que Blum havia optado por gerir a economia, pelo menos inicialmente, dentro dos marcos do sistema capitalista. E, entendendo-o como regime do capital, não há nada mais característico do capitalismo (muito mais do que a liberdade para o movimento de divisas ou para reajustar seus preços) do que a necessidade crítica da decisão de investimento por parte do detentor do capital. Sem essa decisão, estando o grosso do parque produtivo sob controle privado, não haveria crescimento econômico que tirasse a França de fato da crise. À crítica liberal, de falta de incentivo ao investimento privado, citada em Jackson (1988, p. 173)¹⁶, se contrapõe a constatação de uma elite resistente a mudanças, que bloqueia a recuperação econômica através da decisão de não investir.

Sem incentivo ao investimento (independente da coloração ideológica que se queira dar ao fato), a recuperação econômica pós-desvalorização tem fôlego curto. Adicionalmente, a ampliação dos gastos com armamentos se torna incompatível (em termos fiscais) com o ativismo do Estado na recuperação econômica e na redistribuição de renda. Por fim, a estratégia financeira do governo Blum – fragilizado pelos efeitos da desvalorização sobre as contas públicas e boicotado pelos grandes bancos privados – acabou sendo desastrosa e muito semelhante à de seu antecessor, baseada nos descontos de títulos no Banco da França, não sendo capaz de se sustentar sobre os pequenos investidores.

Nas primeiras semanas de 1937, o país passa de um estado de discreto otimismo para uma nova onda de desconfiança, o que significava novas pressões sobre o câmbio pela via da fuga de reservas.

¹⁶ “...although announcing his intention to work within capitalism, Blum failed to respect the logic of the system. Rather than stimulate investment by offering the prospect of increased profit margins (by means of devaluation) he expected employers to invest while rising costs were squeezing their profit margins.”

4.4. A “pausa”, o fim das esperanças e o fim do governo

No meio da crise, o governo Blum decreta, em fevereiro de 1937, uma pausa nos ambiciosos projetos de reforma social. O governo que chegou a ser definido como “a última oportunidade ao capitalismo liberal”¹⁷, se transformava, definitivamente, numa espécie de “gerente da crise”, abrindo mão das suas principais bandeiras sociais em nome da sobrevivência econômica. Seria uma pausa para que as mudanças já implantadas fossem digeridas pelos agentes econômicos, para tentar recuperar a confiança dos investidores e também para tentar reequilibrar a situação fiscal do Estado.

Porém, essa reversão tem muito mais importância simbólica do que teve efeitos práticos. Atualmente se costuma utilizar expressões como “credibilidade” ou “consistência” para definir (travestindo de uma aura técnica) as políticas econômicas e os governos comprometidos com interesses do mercado. E governos que nascem ligados, nem que seja muito tenuamente, a interesses opostos, dificilmente conquistam a confiança desses agentes com mudanças repentinas de atitude e de discurso.

Na França de 1937 não foi diferente: o chamado *mur d'argent* não se sensibilizou pela “pausa” e os problemas econômicos (dificuldades de financiamento, falta de investimento, fuga de capitais) só aumentaram, após um brevíssimo período de reação positiva. O que houve, e seria inevitável, foi uma forte reação dos setores mais à esquerda da coalizão de poder, aumentando a instabilidade política e agravando o quadro. Vale ressaltar que medidas como um controle amplo de capitais, e alguma forma de controle sobre o sistema financeiro interno continuavam sendo vistas, principalmente pelos Radicais, como medidas extremas e fascistas, além de desagradar aos aliados democráticos EUA e Grã-Bretanha. A força do capital vencia, enfim, o governo de esquerda (Jackson, 1988, p. 181-83; Brunet, 1991, p 78-81).

A deterioração prossegue, e passa pela nova desvalorização do franco em abril, quando passa a valer 34% a menos do que ao final da Primeira Guerra. Não foi o suficiente para estancar o movimento de saída que, como visto, tinha motivações bem menos objetivas.

¹⁷ Citado em Mandrou, 1966, p. 521.

O epílogo do processo foi a negativa do Parlamento em conceder poderes financeiros especiais a Blum em 21 de junho de 1937. Apesar de não haver clareza quanto aos objetivos naquele momento, os planos de ação econômica de emergência pareciam indicar uma guinada de volta à linha original, anti-liberal, já que incluíam os controles sobre o movimento de capitais e sobre o sistema financeiro. Mas a essa altura já era tarde demais, e o pedido foi rejeitado, significando a queda do primeiro governo Blum. (Jackson, 1988, p. 182). E, sem exageros, pode-se dizer que acabavam junto as esperanças de profundas transformações sociais lideradas pelo governo nascido da união de forças progressistas e populares.

O *Front Populaire* ainda formaria mais três gabinetes. Chautemps (até janeiro de 1938, passando pela livre flutuação do franco em 30 de junho de 37), uma divisão entre Chautemps e Blum (até março de 38) e um outro governo Blum, que dura só um mês. Em nenhum deles, porém, houve qualquer perspectiva de continuidade daqueles projetos definidos no programa do *Rassemblement Populaire*. A “pausa” tinha sido mesmo o fim das esperanças.

Em abril assume Daladier, num retorno da aliança entre os Radicais e a centro-direita. O *Front* acabava definitivamente, e a crise econômica da França só viria a ser superada de fato após o término da Segunda Guerra, quando os ares se tornam muito diferentes, principalmente em termos geopolíticos e de condução da economia.

5. Considerações finais

Várias poderiam ser as formas de analisar o fracasso do *Front Populaire*¹⁸. Pode-se comentar a incapacidade da esquerda francesa de superar suas divisões ideológicas e táticas; pode-se divagar a respeito da falta de habilidade ou conhecimento dos protagonistas; e pode-se simplesmente pôr a culpa nas conservadoras elites francesas que, resistentes às mudanças, bloquearam os avanços sociais exigidos pela classe trabalhadora naquele momento. Toda a bibliografia citada, de uma forma ou de outra, se aprofunda

¹⁸ Fracasso relativo, já que as reformas trabalhistas (jornada de 40 horas, férias remuneradas, etc.), foram conquistas históricas dos trabalhadores franceses, que não se perderam nem na recente onda de liberalismo.

nessas discussões, que também foram abordadas ao longo do texto. Aqui, as observações são de caráter mais geral.

As relações entre história, economia e política são bastante complexas para que se possa tirar conclusões com base em uma experiência localizada. Se acontecimentos simultâneos em países vizinhos às vezes não são capazes de influenciar as reflexões e práticas de política econômica, não seria uma curta passagem de uma coalizão heterogênea pelo governo de um país europeu, nos anos 30, que indicaria os caminhos a seguir ou não. No entanto, se ainda é verdade que são os homens que fazem a história a partir de condições herdadas do passado, e se a recuperação deste só faz sentido para entender os dilemas atuais, de algum valor há de ter esse episódio para quem vislumbra mudanças na realidade econômica e social.

Muito mais do que certezas, vêm na forma de dúvidas as reflexões suscitadas pelos episódios da França do entre-guerras. Ainda mais quando o passado é visto tendo como base a América Latina depois de mais de uma década de hegemonia liberal, durante a qual boa parte dos problemas, das explicações e das tentativas de soluções descritas se repetiram. Na forma de farsa e também de tragédia.

Mas, voltando às dúvidas, o que define uma postura de esquerda em assuntos de política econômica? É possível um choque redistributivo em períodos de recessão? Quais seriam seus efeitos e os mecanismos para se lidar com eles? Faz sentido trabalhar para a recuperação da economia capitalista tendo como horizonte objetivo a superação desse regime de produção? Há a possibilidade de “colaboração” dos setores atingidos pelas mudanças? Há meios – políticos ou econômicos – de resistência às reações?

Parece valer tão pouco, em termos das aspirações históricas de uma sociedade mais justa, tanto um governo que se rende aos interesses que não são os seus, quanto um que apresenta um futuro radicalmente distinto mas não saiba nem tenha força suficiente para tratar dos problemas do presente. Sem que isso signifique que conquistas não tenham sido alcançadas, o governo de Léon Blum na França, desde os seus primórdios até a queda em junho de 1937, foi um pouco das duas coisas.

Bibliografia citada

- BLEANEY, M. (1985). *The Rise and Fall of Keynesian Economics*. London: MACMILLAN.
- BRUNET, J.P. (1991). *Histoire du Front Populaire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- JACKSON, J. (1985). *The politics of depression in France, 1932-1936*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JACKSON, J. (1988). *The Popular Front in France*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KINDLEBERGER, C. P. (1973). *The world in depression, 1929-1939*. Berkeley: University of California Press.
- MANDROU, R. (1966). “La Francia Moderna y Contemporánea” in DUBY, G. & MANDROU, R.. *Historia de la Civilización Francesa*. México: Fondo de Cultura Económica.
- SAUVY, A. (1984). *Histoire économique de la France entre les deux guerres* – vols. I e II. Paris: Economica.
- YEAGER, L. B. (1976). *International Monetary Relations: Theory, History and Policy*. New York: Harper & Row.